

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 89.284 - PE (2017/0238217-9)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : J R DE J  
**ADVOGADOS** : EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES - PE008385  
EDUARDO SILVA DE ARAÚJO - PE039208  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**EMENTA**

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, FALSIDADE IDEOLÓGICA, CORRUPÇÃO PASSIVA, USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA E FRAUDE À LICITAÇÃO. RESPOSTA À ACUSAÇÃO. ALEGAÇÕES DE ATIPICIDADE DA CONDUTA E INÉPCIA DA DENÚNCIA, ALÉM DE OUTROS TEMAS QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO DA AÇÃO PENAL. ANÁLISE DE ALGUM ARGUMENTO PELO JUÍZO DE CONHECIMENTO. INEXISTÊNCIA. NULIDADE CONFIGURADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. A decisão que dá prosseguimento à ação penal, refutando as teses apresentadas em resposta à acusação, embora possa ser sucinta, não se satisfaz com a simples menção genérica ao fato de que os argumentos apresentados não são capazes de ensejar a absolvição sumária, demandando a mínima referência às teses preliminares e à impossibilidade de análise das que se confundem com o mérito.

2. No caso, embora algumas questões de mérito tenham sido abordadas na peça de resposta à acusação, verifica-se que existem certas preliminares levantadas, passíveis de análise nesta fase, referentes à atipicidade da conduta e inépcia da denúncia, as quais não foram enfrentadas pelo Magistrado singular, o qual se limitou a afirmar que *as defesas preliminares não apresentaram matéria capaz de formar convencimento necessário para absolver sumariamente os denunciados*.

3. Recurso em *habeas corpus* provido, confirmando-se a medida liminar, para anular a ação penal, a partir da decisão que rejeitou a resposta à acusação apresentada pela defesa, determinando-se que outra seja proferida, de forma fundamentada, a respeito dos termos da referida resposta escrita.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator